

# DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA À GEOGRAFIA TRADICIONAL: A PERSPECTIVA DE(S)COLONIAL FRENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA EUROCÊNTRICA<sup>1</sup>

Tatiane Regina da Silva <sup>2</sup>  
Maria Angélica de Oliveira Magrini <sup>3</sup>

## RESUMO

No campo da produção científica moderna é evidente o eurocentrismo como forma hegemônica de construir o saber e de enxergar o conhecimento e, conseqüentemente, ocultar outras formas de saberes e vivências. Logo, a ciência geográfica não foge dessa característica. Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi reconstruir, de forma sucinta, a trajetória histórica da geografia desde a institucionalização do conhecimento geográfico até a consolidação da denominada Geografia Tradicional, com o intuito de demonstrar a construção de uma geografia imperialista que, apesar de todas as importantes contribuições para o desenvolvimento dessa ciência, estava baseada nos interesses da classe dominante dos países europeus. Para alcançar os objetivos, o procedimento metodológico do presente estudo se pautou no caráter bibliográfico, de viés teórico, conduzido pelo pensamento crítico. Tal escolha se fez importante para pensarmos: que tipo de geografia queremos fazer? Desta forma, conclui-se que, apesar da ciência geográfica ter sido alicerçada por diretrizes que legitimaram o imperialismo, é possível – e necessário –, trazer para a geografia outras perspectivas que ultrapassem a episteme eurocêntrica, sendo o pensamento de(s)colonial uma alternativa capaz de superar nossas raízes fincadas no eurocentrismo, para a elabor(ação) de outras geografias que não se ancorem na visão hegemônica de mundo.

**Palavras-chave:** Geografia Tradicional; Episteme eurocêntrica; Pensamento de(s)colonial.

## RESUMEN

En el ámbito de la producción científica moderna, el eurocentrismo se evidencia como una forma hegemónica de construir saber y ver el conocimiento y, en consecuencia, ocultar otras formas de conocimiento y experiencias. Por tanto, la ciencia geográfica no escapa a esta característica. En este contexto, el objetivo general de este trabajo fue reconstruir, de manera sucinta, una trayectoria histórica de la geografía desde la institucionalización del conocimiento geográfico hasta la consolidación de la llamada Geografía Tradicional, con la intención de demostrar la construcción de una geografía imperialista que, a pesar de todas las importantes contribuciones al desarrollo de esta ciencia, se basó en los intereses de la clase dominante en los países europeos/dominantes. Para lograr los objetivos, el procedimiento metodológico del presente estudio se basó en el carácter bibliográfico, con un sesgo teórico, impulsado por el pensamiento crítico. Para nosotros era importante pensar en esta elección: ¿qué

<sup>1</sup> Este trabalho foi elaborado a partir das reflexões apresentadas na Dissertação de Mestrado intitulada “Geografia e Pensamento Decolonial: Um Diálogo Necessário”, defendida pela primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia – PPGEU/UFU, em 2020.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente, [tatiane.r.silva@unesp.br](mailto:tatiane.r.silva@unesp.br).

<sup>3</sup> Docente do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEU, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, [angelicamagrini@ufu.br](mailto:angelicamagrini@ufu.br).

tipo de geografia queremos criar? De esta maneira, se concluye que, a pesar de que la ciencia geográfica se ha basado en lineamientos que legitimaron el imperialismo, es posible –y necesario– traer a la geografía otras perspectivas que vayan más allá de la episteme eurocêntrica, siendo el pensamiento de(s)colonial una alternativa de superar nuestras raíces arraigadas en el eurocentrismo, para la elabor(ación) de otras geografías que no estén ancladas en la cosmovisión hegemónica.

**Palabras clave:** Geografía Tradicional; Episteme eurocêntrica; Pensamiento de(s)colonial.

## PARA CONTEXTUALIZAR A ELABOR(AÇÃO) DESTE ARTIGO

A história moderna pode ser dividida em períodos, que geralmente correspondem a eventos manifestados no continente europeu, que se tornaram marcos da sociedade ocidental. Desta forma, percebe-se um forte tradicionalismo eurocêntrico na periodização dos feitos sociais mais variados, perpassando aspectos como os culturais, econômicos, civilizacionais e científicos.

Partindo desse viés, no campo da produção científica é evidente o eurocentrismo como forma hegemônica de construir o saber e de enxergar o conhecimento e, conseqüentemente, ocultar outras formas de saberes e vivências. Logo, a ciência geográfica não foge dessa característica. Entretanto, essa maneira de produzir ciência começa a ser revista atualmente, diante da identificação de que é preciso considerar a existência de outros conhecimentos e saberes que também foram importantes ao longo da história e estão fora do eixo eurocêntrico e etnocêntrico.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi reconstruir, de forma sucinta, uma trajetória histórica da geografia desde a institucionalização do conhecimento geográfico até a consolidação da denominada Geografia Tradicional, com o intuito de demonstrar a construção de uma geografia imperialista, que apesar de todas as importantes contribuições para o desenvolvimento dessa ciência, estava baseada nos interesses da classe dominante dos países europeus.

Ademais, buscamos demonstrar que, apesar da ciência geográfica ter sido alicerçada por diretrizes que legitimaram o imperialismo, é possível – e necessário –, trazer para a geografia outras perspectivas que ultrapassem a episteme eurocêntrica, tida como “história oficial” e/ou conhecimento universal. O pensamento de(s)colonial é uma dessas perspectivas que pode ser considerada uma alternativa contemporânea para superar nossas raízes fincadas no eurocentrismo.

Para alcançar tais objetivos, o procedimento metodológico do presente estudo se pautou no caráter bibliográfico, de viés teórico, conduzido pelo pensamento crítico. Assim sendo, a

revisão bibliográfica se orientou através de teorias, conceitos e processos históricos envolvidos na temática sobre a institucionalização da ciência geográfica; a geografia tradicional; ciência eurocêntrica e pensamento de(s)colonial, entre outros aspectos.

A escolha de um caráter bibliográfico se faz importante para pensarmos, a partir do resgate histórico, que tipo de geografia queremos fazer? Abrir um debate teórico contribui para refletirmos e debatermos as epistemes da ciência geográfica, assim como aperfeiçoar a proposta de uma renovação do pensamento crítico.

Sendo assim, para melhor explorar e enriquecer o debate sobre esse assunto, o trabalho em questão se dividiu da seguinte forma: esse tópico intitulado “Para Contextualizar a Elabor(ação) deste Artigo”, o qual revela os objetivos e as ferramentas desenvolvidas para alcançar a reflexão proposta; o tópico “A Construção da Geografia Enquanto uma Ciência Eurocêntrica – Um Breve Apanhado”, que busca evidenciar uma geografia que atendeu aos anseios da visão hegemônica/eurocêntrica dos países dominantes (desde a sua institucionalização até a Geografia Tradicional); o tópico “O Pensamento De(s)Colonial para Contestar as Tendências Acadêmicas Dominantes”, que apresenta caminhos possíveis para a construção de outras geografias para além de uma única narrativa – a hegemônica; o tópico “Para Continuar a Refletir/Dialogar” que expressa as considerações finais do presente trabalho, se propõe a continuar a pensar sobre o assunto em questão e; as “Referências” demonstrando as bibliografias utilizadas na elabor(ação) deste artigo.

## **A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA ENQUANTO UMA CIÊNCIA EUROCÊNTRICA – UM BREVE APANHADO**

O termo geografia é bastante antigo, sua origem remonta à Antiguidade Clássica – início do século V a.C., mais especificamente ao pensamento grego, a partir de pensadores como Heródoto, Estrabão, Ptolomeu, entre outros. No entanto, pode-se afirmar que o conhecimento geográfico nessa época se encontrava disperso, não possuindo um conteúdo unitário e um objeto definido.

Assim, até o final do século XVIII, o conhecimento de cunho geográfico não era algo padronizado, com um mínimo de unidade temática e de continuidade das formulações. Até esse período, os temas geográficos abordados se resumiam aos relatos de viagem, compêndios de curiosidades, catálogos sistemáticos, relatórios estatísticos de órgãos de administração, obras sintéticas etc. Alguns autores, como Néelson Werneck Sodré, denominam esse período de dispersão do conhecimento geográfico como “pré-história da Geografia” (Moraes, 2005).

É na primeira metade do século XIX que a geografia se torna uma ciência autônoma, quando de fato ocorre a sistematização do conhecimento geográfico. Essa fase de sistematização da ciência geográfica foi sediada na Alemanha, local onde surgiram os primeiros institutos e cátedras dedicadas a esta disciplina. É neste país que foram apresentadas as primeiras teorias e propostas metodológicas, originando as primeiras correntes de pensamento da geografia científica.

Nessa época em que a geografia se institucionaliza como ciência, estava ocorrendo o desenvolvimento inicial do capitalismo na Alemanha, ainda em processo de unificação de seu território nacional. O capitalismo incipiente necessita de matérias-primas e de novos mercados para expandir o comércio, precisando assim, conquistar novos territórios.

Como afirma Andrade (1985, p.08) “Disso decorreram a expansão comercial e o desenvolvimento das ciências naturais nos séculos XVI, XVII e XVIII, preparando as condições para o desenvolvimento das ciências sociais - uma delas a geografia – no século XIX”.

Essa relação da sistematização da geografia com o processo de expansão do capitalismo na Alemanha não é uma simples coincidência. Essa nação estava vivenciando o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, conseqüentemente, se adaptando à emergência do novo modo de produção. Para Costa e Rocha (2010, p. 31):

O contexto do surgimento e organização da geografia está relacionado com o processo imperialista e expansionista das grandes potências européias entre os séculos XVIII e XIX. Isso estruturado sobre as bases do positivismo. O fato contribuiu decisivamente para a constituição de uma ciência preocupada em atender aos anseios capitalistas e voltada para a expansão territorial e comercial. A geografia científica nasce durante o triunfo da burguesia na Alemanha e passou a ser usada com fins políticos expansionistas. Os alemães, que entram tardiamente nas relações capitalistas de produção, em razão da unificação tardia, utilizaram a nova ciência para atingir suas necessidades imperialistas de expansão territorial e comercial.

Com esta abordagem o intuito é mostrar que, quando a geografia se institucionaliza como ciência, na primeira metade do século XIX, esta ocorre em um contexto denominado como modernidade, tendo como lócus epistêmico o continente europeu. Desta forma, considerando a associação da modernidade com o capitalismo, temos que a ciência geográfica se instaura sob os preceitos modernos, contribuindo para atender aos anseios capitalistas, num viés imperialista de expansão territorial e comercial.

Ainda, como acrescenta Sodré (1976) a geografia se constitui na fase em que o capitalismo se preparava para entrar na etapa imperialista e, se alongaria com ela, o colonialismo. Na expansão colonial, que alimentou a acumulação capitalista, armou-se ideologicamente.

Nesse arsenal ideológico, justificatório da espoliação de numerosas massas humanas, na Ásia, África e América Latina, vamos encontrar algumas teses que, acolhidas pela Geografia na infância, se constituirão em notórias falsidades. Ela herda, por exemplo, o mito da superioridade racial. Colonialismo e racismo são irmãos xifópagos. O fascismo acolheu, entusiasticamente, a noção de desigualdade racial, que lhe permitiria fundamentar suas teorias. O que o racismo não podia esconder era o conjunto terrível de desigualdades sociais que pretendia cobrir e justificar. A Geografia, para seu prejuízo, acolheu - e acolhe ainda, embora de maneira disfarçada - esse acervo de falsidades, ligado às diferenças de características físicas apresentadas pelos grupos humanos. (...) De sorte que a falsidade, que armou o colonialismo ideologicamente, chegou até os nossos dias e a Geografia foi um de seus veículos (Sodré, 1976, p. 119).

De acordo com a explanação, as diferenças de características físicas apresentadas pelos grupos humanos são uma das falsidades que o colonialismo gerou e, por sua vez, a geografia acolheu. Isso nos mostra o quanto essa ciência se ancorou no colonialismo e no imperialismo para se constituir.

No mais, com o intuito de entender os fenômenos que ocorriam na superfície da Terra e estudar as relações entre o mundo da natureza e aquele das sociedades humanas, as primeiras abordagens em relação a uma geografia institucionalizada foram elaboradas por Alexander von Humboldt e Carl Ritter.

Ambos prestaram serviços à nobreza – Alexander von Humboldt foi conselheiro do rei da Prússia, quando este reino se preparava para realizar a unificação política da Alemanha, enquanto Carl Ritter trabalhou como tutor de uma família de banqueiros. Os dois vivenciaram a Revolução Francesa e tinham formações diferentes, conforme destaca Moraes (2005). Porém, “seus discursos sobre a geografia comportam numerosos pontos em comum, sem que tenha havido uma colaboração direta entre ambos” (Gomes, 2011, p. 163).

No ponto de vista de Andrade (1985), tanto Ritter quanto Humboldt facilitaram ou forneceram informações úteis para a expansão colonial, uma vez que ambos viveram o período de disseminação do capitalismo. Para o mesmo autor:

As sociedades de geografia, contando com fundos fornecidos pelos governos dos países em expansão capitalista e por grandes empresas comerciais, estudavam os territórios desconhecidos, poucos acessíveis, indicando os recursos existentes e as possibilidades de exploração dos mesmos. A Alemanha lutava ainda pela sua unificação, enquanto a Inglaterra, a França e a Rússia realizavam a partilha do mundo (Andrade, 1985, p. 09).

Tanto para Andrade (1985), quanto para Gomes (2011), ambos os autores, Humboldt e Ritter, deram mostras claras ao eurocentrismo e se mostraram favoráveis, em certa medida, à colonização. Nesse cenário, justifica-se a necessidade de uma ciência se fortalecer para subsidiar tais interesses, a conquista de novos territórios e a emergência do novo modo de produção: o capitalismo.

Assim, a partir do pensamento de Humboldt e Ritter outros pensadores foram contribuindo para a consolidação da geografia como uma ciência autônoma. Vários geógrafos da geração posterior à Humboldt e Ritter, foram alunos deste último: Elisée Reclus; Ferdinand von Richthofen; Friedrich Ratzel, entre outras figuras eminentes da geografia europeia da segunda metade do século XIX.

Nessa conjuntura, um dos discípulos de Ritter, Friedrich Ratzel, autor alemão e prussiano, formado em zoologia e geografia, fortaleceu a sistematização da ciência geográfica através das suas formulações com grandes preocupações antropológicas. Para Moraes (2005, p. 67): “A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. L. Febvre chegou a denominá-la de “manual de imperialismo”.

Por esta perspectiva, Ratzel irá propor uma legitimação do expansionismo e imperialismo bismarckiano. Por consequência, a geografia deste autor defenderá as lutas dos povos (europeus) para aquisição de novos e mais espaços (Moraes, 2005). Um aspecto central na obra de Ratzel está relacionado com a construção da denominada escola determinista de geografia, a partir da qual se propagou a ideia de que as condições naturais determinavam a história, sendo o homem o produto de seu meio.

É a partir de Paul Vidal de La Blache, por volta da década de 1870, que a geografia se institucionaliza na França, baseada também no pensamento positivista. Desta forma, a outra grande escola da geografia moderna, além da alemã, será a francesa, guiada por Paul Vidal de La Blache, que se colocará em oposição a algumas formulações de Ratzel, geógrafo alemão. Por sua vez, La Blache não irá somente fundar a escola francesa de geografia, como deslocará para a França o eixo da discussão geográfica, até então sediado na Alemanha.

No contexto histórico do século XIX, a ciência geográfica é constituída para estar a serviço da dominação europeia, para legitimar ideias nacionalistas de dominação e justificar as disputas territoriais. No caso da França esse contexto não será diferente, principalmente com sua derrota na guerra franco-prussiana “e a perda dos territórios da Alsácia e Lorena para a Prússia, o incentivo à geografia por parte do Estado francês torna-se mais evidente, com a inserção desta disciplina no ensino básico” (Fabricio; Vitte, 2011, p. 310). As colocações de Ratzel defendiam a ação imperialista do Estado Bismarckiano.

Nesse sentido, “Era mister, para a França, combatê-la. O pensamento geográfico francês nasceu com esta tarefa. Por isso, foi, antes de tudo, um diálogo com Ratzel. O principal artífice desta empresa foi Vidal de La Blache” (Moraes, 2005, p. 77).

Uma das críticas apontadas por La Blache às formulações de Ratzel dizia respeito ao discurso político executado abertamente por este último. Para tanto, La Blache condenou a relação entre o pensamento geográfico e a defesa de interesses políticos, argumentando a necessidade da neutralidade no discurso científico (Moraes, 2005), princípio defendido pelo positivismo.

Sobre esse aspecto, a colocação de Fabrício e Vitte (2011 p. 321) reforça que “A Escola Francesa de Geografia, embora contestando algumas formulações naturalistas e deterministas, herdaria muitos pressupostos positivistas vigentes no pensamento científico da época”.

Como argumenta Moraes (2005, p. 83), La Blache:

(...) critica o expansionismo germânico, ao mesmo tempo em que resguarda uma legitimação da ação colonial francesa. As fronteiras européias definiriam domínios de civilização, solidamente firmados por séculos de história. Assim, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África. Aqui se criticava a expansão alemã. Por outro lado, estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, imersas no localismo, “comunidades vegetando lado a lado”, sem perspectivas de desenvolvimento.

Assim, embora se posicionando contra os ideais da geografia alemã, em particular aos de Ratzel, Vidal de La Blache também produziu uma geografia imperialista, conforme demonstra o excerto acima. É válido ressaltar que a escola francesa de geografia teve grande influência para a construção da geografia brasileira, nas palavras de Fabrício e Vitte (2011, p. 327), “a geografia francesa, sob a perspectiva da análise regional, influenciou também a geografia brasileira, com estudos dedicados às sínteses urbanas, chamadas também de monografias urbanas”. Gomes (2011, p. 224) menciona que o período de 1930 “é identificado como o apogeu da influência da escola francesa de geografia” no Brasil.

Porém, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) iniciou-se um processo de críticas às monografias regionais desta ciência, produzidas a partir da influência da escola francesa de geografia. Essa crítica era realizada pelos geógrafos mais racionalistas, ao considerar que a geografia elaborada até então não dava conta de explicar os novos processos sociais.

Considerando um contexto de pós Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1950, no cenário mundial da época, tinha-se a divisão da organização do espaço mundial em zonas de influência de países desenvolvidos. Conforme afirma Mendonça (2013, p. 36), “a partir de interesses exploratórios, espaços até então em bom estado de equilíbrio, dentro dos países subdesenvolvidos e/ou dependentes, principalmente, foram profundamente alterados”.

Desta forma, o cenário pós Segunda Guerra Mundial se encontrava da seguinte forma: destruição e necessidade de reconstrução da Europa; hegemonia dos Estados Unidos como

grande potência capitalista e o consequente desenvolvimento técnico-científico; consolidação e expansão do “modo de produção” socialista implantado na União Soviética (1917) e em outros países ao longo desses primeiros “50 anos” (Suertegaray, 1997).

É nessa complexidade presenciada no pós-guerra, que os geógrafos da época buscaram novos caminhos para fazer geografia. A corrente Pragmática procurou elevar a geografia a um *status* científico, com a busca de leis, comprovação de hipóteses, valorização excessiva de dados estatísticos e a utilização do método neopositivista. Se anteriormente, países como Alemanha e Inglaterra se firmavam como forças dominadoras da organização do espaço mundial, após esse acontecimento, novas potências surgiram, como Estados Unidos e União Soviética, provocando atuações exploratórias muito mais intensas sobre as nações dependentes deles.

Ademais a esses acontecimentos, o desenvolvimento do capitalismo teria alterado a realidade em todos os setores: científico, tecnológico, social e econômico. Por exemplo, a urbanização apresentava fenômenos novos e complexos, como as megalópoles, e conseqüentemente, o cenário agrário também se modificou com a industrialização e a mecanização do campo, atingindo várias partes do mundo, e assim por diante, acarretando para a geografia uma busca de novas propostas, reflexões, significados, entre outros itens.

No que diz respeito à Geografia Pragmática, buscou-se uma geografia aplicada ao planejamento e ações do Estado. Na afirmação de Moraes (2005, p. 110), o planejamento foi posto para as ciências humanas pelas classes dominantes como instrumento de dominação do Estado burguês. “A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporaneizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe”. Além dessa denominação, esse momento da história do pensamento geográfico pode ser conhecido também como: Geografia Quantitativa, Nova Geografia ou Geografia Teorética.

A origem dessa Geografia Pragmática teve sua raiz na Europa, especificamente na Alemanha, Suécia e Finlândia, porém, seu desenvolvimento e divulgação ocorreram, sobretudo, nos Estados Unidos e daí em diante se disseminou pelos demais continentes. No Brasil, foi com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação de Geografia Teorética e Quantitativa (AGETEO) que a Geografia Pragmática ganhou força (Azevedo; Barbosa, 2012).

Nessa conjuntura, é no pós Segunda Guerra Mundial que os autores dos EUA irão ganhar importância no pensamento geográfico, pois até então, tanto na geografia quanto em outras disciplinas, eles eram meros repetidores das produções científicas europeias, de acordo com Moraes (2005).



sendo assim, é só a partir deste período que a geografia americana ganhará destaque, sendo considerada posteriormente (e atualmente) como um dos centros mundiais da produção geográfica, tendo desenvolvido duas grandes escolas: uma na Califórnia, elaborando a Geografia Cultural e a outra no Meio-Oeste, aproximando-se da sociologia funcionalista e da economia (Moraes, 2005). Desta forma, com essa mudança do lócus de produção do pensamento geográfico hegemônico da Europa para os Estados Unidos fica evidenciado o fato de que a ciência geográfica acompanha as tendências lançadas no âmbito dos países dominantes.

Nesse sentido, até a denominada Geografia Tradicional (período que se estendeu por volta de 1870, quando ocorre a institucionalização nas universidades europeias, até a década de 1950, com a corrente pragmática) a construção da ciência geográfica se pautou numa visão hegemônica/eurocêntrica dos países dominantes.

E, embora a corrente pragmática tenha buscado ao longo dos anos de 1960 e 1970, sua legitimidade, com o passar do tempo, em meados da década de 1970, muitos geógrafos que defendiam uma geografia neopositivista começam a observar novos horizontes e a criticar essa perspectiva, principalmente no que diz respeito ao caráter teórico-metodológico, que representava muito mais uma continuidade do que uma ruptura com o período tradicional precedente (Santos, 2021), sendo portanto, também influenciada pelos interesses dominantes.

Por conseguinte, a outra vertente que se insere no contexto de renovação do pensamento geográfico é a denominada Geografia Crítica ou Radical. Essa corrente é criada em contraposição à Geografia Pragmática, pautada no neopositivismo e nos procedimentos quantitativos, rompendo com os pensamentos existentes até então, a partir da adoção do materialismo histórico-dialético. Além dessa perspectiva, a fenomenologia também foi utilizada como fonte de renovação do pensamento geográfico a partir da constituição da Geografia Cultural e Humanística. Essas perspectivas, crítica e fenomenológica, buscam dar novos conteúdos para a ciência geográfica, tentando romper com o passado colonialista/imperialista da Geografia. No entanto, essas abordagens não foram capazes de descentrar o lócus de enunciação dos discursos dominantes.

É nesse contexto de revisão do pensamento no período pós Segunda Guerra Mundial (no qual, a propósito, muitos países colonizados passam a reconquistar sua independência) que ocorre a expansão, de maneira teórica e prática, do pensamento de(s)colonial, que busca compreender as dinâmicas de dominação e exploração que persistem mesmo após a independência política dos países colonizados. Essa perspectiva tem a potencialidade de

contribuiu para que a Geografia renove suas bases e produza seus conhecimentos a partir de múltiplos paradigmas que foram historicamente silenciados.

## **O PENSAMENTO DE(S)COLONIAL PARA CONTESTAR AS TENDÊNCIAS ACADÊMICAS DOMINANTES**

Pensando a epistemologia e os cânones ocidentais, todas as ciências modernas foram de alguma forma influenciadas pela herança eurocêntrica, na medida em que seus métodos, teorias e conceitos perpassaram por essa visão hegemônica. Conforme demonstrado no tópico anterior, esse contexto não foi diferente para a ciência geográfica. Em concordância com Silva *et al* (2009, p. 04), acreditamos que a Geografia defendida por esses autores é “fruto dos interesses ocidentais/europeus, brancos do sexo masculino”.

Na concepção de Mignolo (2008, p. 323), “a universidade do Renascimento e da Kantiana-Humboldtiana, direta ou indiretamente, contribuíram para a colonialidade do conhecimento e dos seres”. Mediante essa afirmação e os argumentos apresentados até o momento, ratifica-se que a Geografia é sim um tipo de conhecimento científico da era moderna/colonial.

Ser moderno significava ser desenvolvido, no entanto, o desenvolvimento é aquele advindo do continente Europeu, pois os “outros” continentes, outras culturas são tidas como “incapazes da faculdade de produzir conhecimento(s), como por exemplo, os incas, árabes, indianos, chineses, tupis-guaranis e assim por diante” (Silva *et al*, 2009, p. 03-04).

Vale salientar que não se pretende desmerecer a contribuição dos intelectuais europeus que colaboraram para a construção da ciência geográfica. O propósito aqui é evidenciar que houve a disseminação de um saber ancorado no eurocentrismo e esse se pautou nos valores e na hegemonia dos povos ditos modernos, os colonizadores e civilizadores da humanidade. Nas palavras de Silva *et al* (2009, p.11):

Quando nos referimos à crítica ao eurocentrismo, não quer dizer que não devemos nos utilizar de abordagens teóricas ou metodológicas realizadas por colegas europeus. Pelo contrário, quando criticamos o Eurocentrismo, estamos nos referindo à uma referência histórica/geográfica da acumulação da riqueza material e da hegemonia de um modo de conceber a sociedade a partir de um determinado espaço/tempo que se colocou como universal, anulando as diferenças plurais da humanidade e instituindo as dualidades a partir de uma imagem ideal de si, como o melhor e único modelo linear a ser seguido pela humanidade.

É a partir desse reconhecimento e através dos questionamentos de um eurocentrismo que reflete nas relações de poder, na forma de produzir conhecimento, sociabilidades e



subjetividades que se inicia uma crítica radical a essa herança colonial presente na América Latina, que culmina com o próprio pensamento de(s)colonial.

Esse pensamento contra hegemônico busca se contrapor às tendências teóricas e epistemológicas dominantes de cunho imperialista. A herança colonial no âmbito acadêmico adveio inicialmente pelos europeus, reflexos da colonização. É nessa perspectiva que o pensamento de(s)colonial irá contestar o eurocentrismo. O eurocentrismo pode ser descrito como o imaginário dominante do sistema mundo moderno (Mignolo, 2008). Como menciona Bortoluci (2009, p. 26):

Pode-se pensar o eurocentrismo como um conjunto de categorias e imagens de mundo adaptável às alterações na organização do poder global, mas sempre emitido a partir de um ponto de vista do centro europeu/ocidental desse sistema. Esse olhar central hegemônico ontologiza as diferenças com relação às outras sociedades (periféricas), enxergando-as como formas incompletas de realização de um ideal moderno.

Assim sendo, o eurocentrismo pode ser compreendido como a ideia de que a Europa é o centro da cultura, conhecimento, línguas etc. do mundo. Em outros termos, a Europa é tida como elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, enquanto outros continentes são constituídos como inferiores e incapazes de produzir conhecimento.

O que quer se fazer crer é que toda e qualquer forma de organização social se inicia ali, com a experiência particular da Europa, constituindo-se como um modelo universal a ser seguido. Nesse processo, negaram-se e subalternizaram-se outras matrizes de racionalidades, outras formas de pensamento, outros projetos civilizatórios, outras cosmovisões, com outros saberes, linguagens, memórias e imaginários (Cruz, 2017).

É importante destacar que o eurocentrismo não é o único fator determinante para os estudos decoloniais. A crítica ao eurocentrismo é só um dos procedimentos conceituais que o pensamento de(s)colonial compartilha em um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade (Arias *et al*, 2012). Estes mesmos autores enumeram seis procedimentos conceituais, que são:

- 1) La ubicación de los orígenes de la modernidad en la conquista de América y el control del Atlántico por parte de Europa, entre finales del siglo XV y principios del siglo XVI, y no en la Ilustración o en la Revolución Industrial como es comúnmente aceptado;
- 2) A partir de aquí, se coloca un énfasis especial en la estructuración del poder a través del colonialismo y las dinámicas constitutivas del sistema-mundo moderno/capitalista y en sus formas particulares de acumulación y de explotación a escala global;
- 3) Esto conlleva a la comprensión de la modernidad como un fenómeno planetario constituido por relaciones asimétricas de poder, y no como un fenómeno simétrico producido al interior de Europa y extendido posteriormente al resto del planeta;
- 4) Las relaciones asimétricas de poder entre Europa y sus otros representan una dimensión constitutiva de la modernidad, y por ende implican una necesaria subalternización de las prácticas y de las subjetividades características de los pueblos dominados;
- 5) La subalternización de la mayoría de la población mundial es establecida a partir de dos ejes estructurales basados en el control del trabajo y en el

control de la intersubjetividad; 6) Finalmente, se designa al eurocentrismo/occidentalismo como la forma específica de producción de conocimiento y de subjetividades en la modernidad (Arias *et al*, 2012, p. 10).

Compreendendo que a Europa se torna superior e detentora da história universal, na perspectiva de(s)colonial é unânime a compreensão de que o projeto civilizatório da modernidade foi preponderante para dominação dos ditos povos subalternos.

A modernidade é uma narrativa complexa, “cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (Mignolo, 2017, p. 02). A colonialidade:

(...) é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP<sup>4</sup> é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. No entanto, “a consciência e o conceito de descolonização”, como terceira opção ao capitalismo e ao comunismo, se materializou nas conferências de Bandung e dos países não alinhados. Esse é o cenário da transformação de um mundo policêntrico e não capitalista antes de 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista de 1500 a 2000 (Mignolo, 2017, p. 02).

Em outros termos, o mundo não-europeu é tratado “como se estivesse em uma fila histórica que vai do estágio dos mais “selvagens” até os mais “civilizados”, dos mais “atrasados” aos mais “avançados”, dos mais “subdesenvolvidos” aos mais “desenvolvidos”” (Cruz, 2017, p. 21).

Por sua vez, aqueles que não estivessem dentro do padrão dos ideais europeus eram considerados não modernos, atrasados, selvagens, subdesenvolvidos e etc. Ou seja, alcançar a modernidade estava atrelado a se desenvolver, progredir e, consequentemente, para isso, era necessário seguir o modelo eurocêntrico.

Esse processo de dominação da Europa sobre as demais regiões e populações do mundo torna nítida a mudança radical em distintos níveis, seja ela cognitiva, afetiva, cultural, social, enfim, completamente cruel para atender aos propósitos do regime colonial a partir da colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza e do gênero.

---

<sup>4</sup> Matriz Colonial de Poder – MCP

É nesse sentido que Cruz (2017) argumentará que tal processo se trata de uma verdadeira violência epistêmica<sup>5</sup>, com o intuito de apagar e anular a subjetivação, os sistemas simbólicos, as memórias e experiências do colonizado. Uma violência baseada na invisibilização e expropriação da representação e autorrepresentação do outro.

Na concepção de Mignolo (2008), para ultrapassar o eurocentrismo, essa dominação de cunho imperialista, é preciso a construção de epistemologias outras, o surgimento de “paradigmas outros”. Na visão desse mesmo autor, é necessário que se realize uma desobediência epistêmica, que é o próprio pensamento de(s)colonial. Como ele descreve, sem iniciar esse movimento de desobediência epistêmica, conseqüentemente:

Não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares (Mignolo, 2008, p. 288).

Além disso, como Cruz (2017, p. 32) ressalta “não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica”. Desse modo, é importante imaginar os diferentes lugares, territórios e culturas como tendo suas próprias trajetórias, suas próprias histórias específicas e seus potenciais para a construção de um futuro que está em aberto e que se baseia em outras epistemologias, que advém do Sul, por exemplo.

Conforme expressa Mignolo (2005, p. 323), o caminho para o futuro é e continuará a ser através da linha epistêmica, ou seja, “a oferta do pensamento descolonial como a opção dada pelas comunidades que foram privadas de suas “almas” e que revelam ao seu modo de pensar e de saber”.

## **PARA CONTINUAR A REFLETIR/DIALOGAR**

Conforme viemos delineando ao longo deste artigo, desde a institucionalização da Geografia enquanto ciência, esta sofreu fortes influências do imperialismo europeu. Em concordância com Sodré (1976, p. 129) “A Geografia necessita, fundamentalmente, deixar de ser guarida de teses e postulados gerados no arsenal ideológico do colonialismo e do imperialismo”.

Vale salientar que a escolha dos autores(as) para caracterizar o ponto de vista desta Geografia enquanto ciência e desta corrente não pressupõe que eles sejam os únicos

---

<sup>5</sup> “O conceito de violência epistêmica é usado por Santiago Castro-Gómez (2005) em um diálogo com formulação da pensadora indiana Gayatri Spivak” (Cruz, 2017, p. 17).

representantes para tais assuntos. Obviamente houve outros autores(as) e outras Geografias para além dessa, contudo, gostemos ou não, a história regida oficialmente é a de raízes eurocêtricas.

Assim sendo, cabe lembrar que essa “história oficial” da Geografia é a que é contada e exercida na formação acadêmica de geógrafos e geógrafas. Além disso, é importante reforçar que, o intuito não é negar/excluir/romper com teorias, autoras e autores europeus, mas abrir brechas/fissuras para não tratar essa Geografia enquanto única e enquanto dogma inquestionável.

A questão é: construir Geografias outras para além das já existentes, ou seja, admitir que sim, a Geografia foi estruturada em um viés eurocêntrico, mas essa não é uma verdade absoluta e/ou única, até porque a história é (pluri)versal. Nesse sentido, há outras possibilidades que vão além da episteme eurocêntrica, sendo o pensamento de(s)colonial uma alternativa para a construção de outras Geografias.

Como nos lembra Djamila Ribeiro no seu livro “*Pequeno Manual Antirracista*”, de 2019, ao mencionar Chimamanda Ngozi Adichie “O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram”. Nessa menção, as autoras fazem um alerta ao perigo da história única.

Ainda, nessa conjuntura, Mignolo (2008) afirma que o movimento de descobrimento e de revalorização das teorias e epistemologias do Sul apresentou crescimento nos últimos anos em diversas áreas e universidades do mundo, mas como salienta Cruz (2017), as escolas, as universidades e os professores também precisam se de(s)colonizar.

Logo, esse pensamento contra hegemônico se refere a um movimento de resistência teórica, epistêmica, cultural, prática e política, à lógica da modernidade/colonialidade. Portanto, romper com essa lógica requer uma de(s)colonização e, pensar em um processo de de(s)colonização perpassa pela construção de novas práticas epistêmicas que não sejam aquelas apoiadas na razão imperial/colonial – um caminho aberto para a ciência geográfica.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: **Elisée Reclus**. ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). São Paulo: Ática, 1985, p. 38-56.

ARIAS, Luciana *et al.* Estudios Decoloniales: Un Panorama General. **Revista Kula**, Argentina, n.6, p.8-21, abr.2012. Disponível em: <[http://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6\\_1\\_GESCO.pdf](http://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_1_GESCO.pdf)> Acesso em: 08 de jan. de 2020.



AZEVEDO, José Roberto Nunes de; BARBOSA, Tulio. A Geografia Quantitativa: ensaios. **Espaço em Revista**, Goiânia/GO, v.13, n.2, p.1-15, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16893/10344>> Acesso em: 17 de out. de 2019.

BORTOLUCI, José Henrique. **Pensamento Eurocêntrico, Modernidade e Periferia: Reflexões sobre o Brasil e o Mundo Muçulmano**. 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-102949/publico/JOSE\\_HENRIQUE\\_BORTOLUCI.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-102949/publico/JOSE_HENRIQUE_BORTOLUCI.pdf)> Acesso em: 21 de jan. de 2020.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas - Apontamentos Preliminares. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão/PR, v.1, n.2, p.25-56, 2º sem./2010. Disponível em: <[http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf\\_7](http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf_7)> Acesso em: 14 de abr. de 2020.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (Org.). 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15 – 36.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368 p.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: Do Contexto Histórico às Monografias Urbanas. **Revista Cordis**, São Paulo, n.6, p.301-332, jan./jun. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10302-25564-1-SM.pdf>> Acesso em: 09 de mar. de 2020.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: ciência humana?** 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. LANDER, Edgardo (Org.). Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-49.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>> Acesso em: 18 de ago. de 2020.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n.34, p. 287-324, 2008. Disponível em:



<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>> Acesso em: 30 de jun. de 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Joseli Maria *et al.* Algumas Reflexões sobre a Lógica Eurocêntrica da Ciência Geográfica e sua Subversão com a Emergência de Saberes não Hegemônicos. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.19, p. 1-16, 1º semestre de 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/269434261\\_ALGUMAS\\_REFLEXOES SOBRE\\_A\\_LOGICA\\_EUROCENTRICA\\_DA\\_CIENCIA\\_GEOGRAFICA\\_E\\_SUA\\_SUBVERSAO\\_COM\\_A\\_EMERGENCIA\\_DE\\_SABERES\\_NAO\\_HEGEMONICOS](https://www.researchgate.net/publication/269434261_ALGUMAS_REFLEXOES SOBRE_A_LOGICA_EUROCENTRICA_DA_CIENCIA_GEOGRAFICA_E_SUA_SUBVERSAO_COM_A_EMERGENCIA_DE_SABERES_NAO_HEGEMONICOS)> Acesso em: 14 de mar. de 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução a Geografia**: geografia e ideologia. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes Latda, 1976.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia**. São Paulo: Edusp, 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A Geografia no Contexto das Ciências. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS, n.22, p.7-16, mar.1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38359/25638>> Acesso em: 24 de abr. de 2019.